



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTO E LICITAÇÃO

Parecer nº 314/2021 LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 053/2021

Interessado (a): Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação

Matéria: Análise jurídica dos Ritos estabelecidos pela Lei 8.666/93 c/c Decreto 10.024/2019 para Homologação do certame.

RELATÓRIO

Veio a esta Assessoria Jurídica processo em referência para análise da regularidade do procedimento licitatório alusivo ao **Pregão Eletrônico SRP nº 053/2021** do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FILMES ESPECIAIS PARA RADIOLOGIA DIGITAL COM IMPRESSORA A SECO (DRY), DIGITALIZADOR DE IMAGENS RADIOLÓGICAS, MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDIMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA, HOSPITAL MUNICIPAL DE CASTANHAL-HMC E CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO-CAE**, por um período de 12 (doze) meses, com vistas a homologação do certame.

É o relatório. Passo a análise jurídica.

MÉRITO

A modalidade licitatória Pregão instituída pelo Decreto nº 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, é aquela utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública eletrônica, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Verifica-se nos autos que esta assessoria já havia se manifestado por meio do Parecer Jurídico nº 250/2021, opinando pelo prosseguimento do feito ante a regularidade da Minuta do Edital, bem como dos pontos que tratam da Fase Interna do Processo Licitatório na modalidade Pregão, isto é, a justificativa para registro de preço, objeto definido, cotação de preço, mapa comparativo de preços, dotação orçamentária, aprovação da comissão de licitação demonstram que o procedimento cumpre as formalidades legais.

Passando-se aos procedimentos inerentes a Fase Externa do procedimento Licitatório, tem-se que quanto ao aspecto da exigência legal de ampla publicidade, a análise dos autos revela que foi obedecida, através do aviso de licitação publicado no Diário Oficial municipal, estadual e federal, verificando-se que o princípio da publicidade foi respeitado.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Também se observa que o prazo preconizado em Decreto, conforme o art. 25, do Decreto nº 10.024/2019, foi obedecido, tendo em vista que a publicação foi realizada em 30/06/2021 e a sessão inicial do certame foi realizada em 12/07/2021.

A sessão iniciou-se com a divulgação das propostas recebidas, atendendo as disposições contidas no edital. Partindo, posteriormente a fase de lances para classificação e habilitação.

As empresas que ofertaram melhor lance nos itens foram convocadas para apresentação dos documentos de habilitação, sendo habilitadas aquelas que apresentaram os documentos compatíveis com o edital.

Logo, as empresas P P F COM E SERV EIRELI e J.F. MONTEIRO EIRELI, foram convocadas para habilitação e, após análise dos documentos habilitatórios, consideradas habilitadas no certame.

Não houve manifestação a intenção recursal.

Em ato contínuo, a Sra. Pregoeira declarou as empresas P P F COM E SERV EIRELI e J.F. MONTEIRO EIRELI vencedoras do certame, posto que demonstraram conforme se depreende dos autos, atenderem aos interesses da Administração Pública na questão menor preço, procedendo-se a adjudicação dos itens conforme as vencedoras.

Desta feita, considerando que a sequência de atos procedimentais que compõem o presente processo licitatório obedeceu às prescrições do Decreto nº 10.024/2019, observando ainda as especificações da Lei nº 8.666/93, não há outro Ato Administrativo cabível a não ser a homologação do procedimento em comento.

Por esta razão, esta Assessoria Jurídica opina pela produção dos efeitos legais aplicáveis ao caso concreto, da feita que a autoridade competente proceda a homologação do certame.

CONCLUSÃO

Diante da análise jurídica explicitada *ex positis*, esta ASSESSORIA considera que o Processo Administrativo Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 053/2021, encontra-se em conformidade com os requisitos da Lei 8.666/93 c/c Decreto nº 10.024/2019, merecendo homologação por parte da autoridade competente.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Castanhal (PA), 20 de Julho de 2021.

Lívia Maria da Costa Sousa
OAB/PA 21.545
Assessora Jurídica